



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 09/04/2026

ORDEM DO DIA

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado discutiu a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a condução da votação ao afirmar que partidos, Minoria e Oposição não foram chamados para orientar, o que comprometeu o processo. Destacou que o Senado havia corrigido pontos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Avaliou que a Câmara rejeitou emendas que buscavam enfrentar irregularidades. Também citou casos como o de Brasília (DF), mencionada entre localidades com maior número de registros. Registrou repúdio de seu partido e de outras siglas à manutenção do texto aprovado, classificando o resultado como um equívoco no Parlamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Presidente esclareceu a votação da Emenda do Senado Federal do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado discordou de críticas à votação da Emenda do Senado Federal do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026 (Medida Provisória nº 1.323, de 2025), que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Afirmou que o modelo anterior permitia inscrição autodeclaratória de pescadores, o que favorecia irregularidades. Defendeu a manutenção dos acordos de cooperação técnica entre entidades, argumentando que lideranças locais conhecem os profissionais e podem contribuir para identificar fraudes. Também relatou a atuação de grupos que incentivavam filiações indevidas para obtenção de benefícios. Sustentou que a medida preservou instituições consideradas legítimas e destacou o papel de órgãos de controle e da Polícia Federal na fiscalização. Concluiu que a decisão da Casa contribuiu para aprimorar o combate a irregularidades no sistema.

Juninho do Pneu (PSDB - RJ) - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.733, de 2019, de sua autoria, que exige certidão negativa de apropriação indébita na transferência de veículos. Explicou que a medida buscou ampliar segurança, transparência e justiça nas negociações. Ressaltou ainda que a proposta preveniu fraudes, reduziu prejuízos e fortaleceu a confiança no mercado. Também acrescentou que a iniciativa protegeu trabalhadores que dependem do veículo para sustento. Por fim, afirmou que ações práticas do Parlamento contribuiriam para melhorar a vida da população e agradeceu aos colegas e servidores.

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado manifestou apoio da bancada ao texto da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, a chamada MP da Pesca. Em seguida, afirmou que a proposta aproximou pescadores de entidades representativas, consideradas fundamentais para o conhecimento da categoria. Também destacou a necessidade de distinguir práticas irregulares das regulares no setor. Ressaltou ainda que o texto foi debatido e elaborado com participação dos Parlamentares e que as emendas do Senado não representavam avanços. Ao concluir, informou que 51 Deputados do União votaram pela derrubada dessas alterações.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado cumprimentou o Presidente, o Relator e as lideranças pela aprovação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025. Em seguida, destacou que o texto enfrentou fraudes no Instituto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

Nacional do Seguro Social (INSS) e valorizou pescadores artesanais e entidades sérias, assegurando o direito ao seguro-defeso. Além disso, ressaltou que houve negociação com o Governo Federal para garantir tanto o benefício futuro quanto o passivo da categoria, visando à continuidade da atividade pesqueira. Afirmou ainda que a Câmara manteve o texto original, enquanto o Senado promoveu alterações. Por fim, elogiou a atuação do Governo Federal no combate a irregularidades e na valorização da política pesqueira.

Josenildo (PDT - AP) - O Deputado parabenizou a Câmara pela aprovação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que considerou justa para pescadores e pescadoras. Em seguida, destacou que o texto foi construído com participação do Governo Federal, de partidos, entidades e representantes da categoria, após audiências públicas. Ademais, ressaltou que a proposta garantiu direitos, promoveu justiça social e trouxe avanços como acesso ao crédito nos moldes da agricultura familiar e pagamento de valores retroativos. Também afirmou que a medida assegurou benefícios a quem realizou solicitação no prazo. Por fim, elogiou a condução da sessão e a atuação dos Parlamentares.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado criticou a incoerência na atuação da Justiça no País. Em seguida afirmou que há tratamento desigual na aplicação da lei, o que comprometeria a confiança da população nas instituições. Nesse sentido, citou denúncias envolvendo o sistema bancário e mencionou suspeitas relacionadas a membros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de decisões judiciais que considerou desproporcionais. Também abordou a interrupção de investigações sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao concluir, defendeu a necessidade de restaurar a credibilidade do Judiciário e fez apelo ao Presidente do STF por providências.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado defendeu a manutenção do texto da Câmara na Medida Provisória nº 1.323, de 2025, destacando que a proposta foi construída com responsabilidade. Em seguida, ressaltou a importância do apoio a comunidades que dependem dessas políticas, inclusive em Pernambuco. Na sequência, registrou homenagem ao centenário de Dona Maria do Carmo Monteiro, destacando sua trajetória familiar e contribuição para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Estado de Pernambuco. Por fim, mencionou o legado de sua família e o reconhecimento público nas celebrações realizadas em sua memória.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado criticou irregularidades na compra de respiradores durante a pandemia na Bahia, citando o ex-Governador e ex-Ministro da Casa Civil Rui Costa. Em seguida, afirmou que houve pagamento antecipado sem garantias e ausência de entrega dos equipamentos, mencionando investigações da Polícia Federal sobre desvio de recursos. Ressaltou denúncias envolvendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

autoridades e apurações conduzidas por órgãos de controle. Também questionou a evolução patrimonial de Rui Costa e defendeu medidas como quebra de sigilo para esclarecimento dos fatos. Por fim, afirmou que a responsabilização seria necessária para preservar a credibilidade das instituições.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado destacou a aprovação, em comissão do Senado, do Projeto de Lei nº 2.120, de 2022, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. Em seguida, mencionou a inauguração de memorial no Rio de Janeiro em homenagem às vítimas, ressaltando o impacto da pandemia sobre famílias brasileiras. Ademais, criticou a condução do enfrentamento à Covid-19 no passado, associando mortes ao negacionismo e à recusa de vacinas. Ainda alertou para riscos atuais com a queda da vacinação e o retorno de doenças. Por fim, defendeu a preservação da memória como forma de evitar novas tragédias e elogiou ações do Governo Federal na ampliação de políticas de saúde e vacinação.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou os 14 anos da Lei de Cotas no Brasil, ressaltando sua relevância para ampliar o acesso de estudantes de baixa renda às universidades públicas. Em seguida, afirmou que a política contribuiu para reduzir desigualdades históricas e promover maior diversidade no ensino superior, incluindo negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Mencionou a sanção da lei em 2012 e sua atualização posterior, com ajustes nos critérios de renda. Ademais, defendeu a continuidade da política e a ampliação da representatividade em diferentes espaços institucionais. Por fim, lembrou sua atuação na implementação inicial da medida no Rio de Janeiro.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado agradeceu ao Plenário pela aprovação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, destacando seu impacto para pescadores artesanais, especialmente nas regiões Norte e no Amapá. Em seguida, ressaltou que o seguro-defeso representava proteção social para trabalhadores que dependem da pesca durante o período de restrição. Além disso, defendeu o aperfeiçoamento do sistema, com foco em controle, fiscalização e combate a fraudes, para garantir que os recursos cheguem aos beneficiários. Destacou também o aumento dos valores destinados ao programa e a necessidade de responsabilidade na gestão pública. Por fim, reconheceu o trabalho da Câmara na construção da proposta.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado denunciou a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo eleitoral do Maranhão, criticando o Ministro Flávio Dino pela condução irregular de investigação sobre assassinato. Sustentou que a avocação do caso foi ilegal e configura uso político do Poder Judiciário para influenciar eleições e constranger autoridades estaduais. Ademais, leu editorial do Jornal Pequeno que criticava a condução do processo, questionava a competência das instâncias superiores e apontava uso de denúncias de criminoso para fins políticos. Ao final, destacou suspeitas de parcialidade do Relator Flávio Dino



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

e alegou inconstitucionalidade, defendendo atuação da Procuradoria-Geral da República e do Plenário do STF para restaurar a ordem institucional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou a presença do político e empresário Pablo Marçal no plenário da Casa e refletiu sobre a pluralidade da Câmara dos Deputados, ressaltando a diversidade social e regional do Parlamento e sustentando a necessidade de conquistar eleitores fora da base eleitoral do Parlamentar. Ademais, criticou a condução da votação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Alegou ainda que houve atropelo do processo de votação e influência do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Alertou também para as distorções no número de beneficiários em relação aos pescadores reais e para o risco de fraudes semelhantes às do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao permitir que sindicatos atestem a atividade pesqueira. Além disso, criticou o escândalo da política do Vale Gás do Governo Lula. Por fim, manifestou a oposição do Partido Novo e do Partido Liberal (PL) à medida provisória.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada denunciou a corrupção na política, afirmando que o enriquecimento de agentes públicos decorre do banditismo político e que os prejuízos recaem sobre a população mais pobre. Ademais, relacionou problemas em áreas como educação, saúde e segurança pública diretamente ao desvio de recursos públicos. Além disso, apontou sua atuação na coleta de assinaturas para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, apresentada em conjunto com a Deputada Fernanda Melchionna, com o objetivo de investigar lavagem de dinheiro e fraudes prejudicando aposentados e pensionistas. Por fim, cobrou apoio dos Parlamentares para a instalação da CPMI e defendeu que o povo conheça os responsáveis pelos fatos investigados.

Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA) - O Deputado apoiou as críticas à judicialização da política no Maranhão e relatou sua atuação como Presidente do Diretório Estadual do Solidariedade (SD) ao protocolar, no Supremo Tribunal Federal (STF), pedidos de desistência de ações judiciais que classificou como perseguição política, propostas pela direção anterior da legenda. Ademais, apontou o uso indevido da legenda em ações contra o Governo estadual e elogiou a gestão do Governador Carlos Brandão, com apoio do Presidente Lula. Além disso, destacou sua atuação no projeto Jovens do Futuro, que atende mais de 2 mil crianças e adolescentes em São Luís (MA), incluindo cerca de 200 com transtorno do espectro autista, com oferta de atividades educacionais, esportivas e terapêuticas, e ressaltou a parceria com a jovem política Manuella Mariani para expansão da iniciativa ao Município de Sorriso (MT). Por fim, saudou lideranças políticas presentes, como Pablo Marçal, e defendeu a atuação política voltada às demandas da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada celebrou a aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que garante percentual mínimo escalonado da receita corrente líquida para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destacando a medida como reconhecimento de direitos da população vulnerável e da atuação dos profissionais da área. Ademais, criticou a gestão do Governador Ibaneis Rocha e da Vice-Governadora Celina Leão por não atender reivindicações da assistência social e por irregularidades envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master, informando que, em conjunto com o Deputado Pedro Uczai, apresentou pedido para investigação das responsabilidades e indisponibilização de bens do próprio Governador do Distrito Federal. Por fim, defendeu a PEC nº 206, de 2012, que valoriza a profissão do jornalismo com a exigência de diploma de graduação e reiterou posicionamento em defesa da democracia e contra anistia a envolvidos em golpes.

Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA) - O Deputado corroborou a defesa da exigência de qualificação para o exercício do jornalismo, criticando a atuação de comunicadores nas redes sociais e blogs que praticam jornalismo sem compromisso com a verdade. Ademais, sustentou que a formação acadêmica assegura domínio técnico e contribui para a melhoria da qualidade da atividade jornalística no País.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula pelo aumento do custo de vida, destacando a elevação do preço da cesta básica em diversas capitais e a perda do poder aquisitivo da população. Ademais, afirmou que promessas eleitorais, como a melhoria no acesso a alimentos, não se concretizaram, e ressaltou que produtos essenciais passaram a ser inacessíveis. Além disso, criticou o Governo Federal pelo aumento dos gastos públicos e defendeu maior responsabilidade fiscal na gestão. Apontou ainda dados de reprovação popular à atuação do Governo no combate à inflação e recriminou a priorização de cargos e agendas políticas em detrimento da geração de empregos. Por fim, cobrou medidas para conter a alta de preços e restabelecer a previsibilidade econômica.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a atuação do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ao retomar ação do Partido dos Trabalhadores (PT) que questiona a validade da colaboração premiada, relacionando a iniciativa ao avanço da delação envolvendo o empresário Daniel Vorcaro, do Banco Master. Ademais, apontou que a medida pode enfraquecer instrumento considerado essencial no combate à corrupção e sugeriu motivação política para a sua reativação. Além disso, alertou para riscos à segurança jurídica e à confiança nas instituições diante de decisões casuísticas. Por fim, defendeu a preservação da colaboração premiada e cobrou atuação do Congresso Nacional para evitar retrocessos no enfrentamento à corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 48.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/04/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia Mundial da Saúde, destacando a data como momento de reafirmação do direito à saúde. Ademais, ressaltou o reconhecimento constitucional da saúde como direito de todos e dever do Estado e enfatizou o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) na garantia desse direito. Além disso, homenageou os profissionais da área pela atuação diante de estruturas precárias e jornadas exaustivas. Por fim, defendeu o fortalecimento das políticas de prevenção, ampliação do acesso e melhoria dos serviços de saúde pública.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes (CVT), do Projeto de Lei nº 5.730, de 2025, de sua relatoria, que tipifica como crime a prática de bloqueios viários mediante simulação de fiscalização de trânsito ou operação policial, conhecidas como “blitz falsas”. Ademais, destacou que a medida busca enfrentar prática recorrente utilizada para a prática de roubos, extorsões e sequestros, além de preservar a confiança da população nas instituições de segurança pública. Além disso, apontou a existência de lacuna no ordenamento jurídico quanto à tipificação específica da conduta, justificando a proposta. Por fim, ressaltou a aprovação unânime do projeto na Comissão e defendeu sua aprovação final pela Câmara dos Deputados.

ENCERRAMENTO